

Universidade Federal Fluminense - Instituto de Artes e Comunicação Social
Curso de Comunicação Social - Jornalismo
Disciplina: Linguagem Jornalística I
Alunas: Laura Furtado, Letícia Merotto e Maria Eduarda Vieira
Data: 13/04/2021

Qual o preço que se paga pelo lucro do agronegócio?

O massacre ambiental e social proporcionado pela expansão da sojicultura na região do Planalto Santareno.

“Irritava os olhos, irritava a garganta. Era febre diária, era dor na cabeça (...) começou a não dar mais”; “Aumenta a pobreza, aumenta a miséria, aumenta a fome, a insegurança pública, a violência aumenta”; “Aqueles que ficaram no meio foram obrigados a vender, porque não tem condições. O veneno mata tudo, leva tudo”. Esses são relatos coletados por Fábio Zuker acerca do impacto da soja na vida desses moradores (Macaxeira, Sindicalista e Curica, respectivamente) do Planalto Santareno, presentes em seu livro “Vida e morte de uma baleia-minke no interior do Pará e outras histórias da Amazônia”. No Brasil, o agronegócio é responsável por uma parte significativa da economia, entretanto a expansão da sojicultura como atividade econômica em Santarém tem prejudicado parte dos povos tradicionais. Se, por um lado, o monocultivo da soja com o uso de agrotóxicos através da expropriação de terras garante a lucratividade para os empresários e uma posição relevante na exportação de commodities; por outro, o meio ambiente e a população local são massacradas para sustentar esse modelo.

Entre janeiro e junho de 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro cresceu 5,26%. Em junho, o crescimento do setor foi de 1,31%, o 6º mês consecutivo de expansão. Esses números são muito animadores para uma perspectiva meramente econômica, pois olhando ambiental e socialmente, esse avanço gera inúmeros prejuízos e preocupações. Com a omissão do Estado frente a essa exploração, a grande pergunta que fica é: qual o preço que se paga por esse lucro?

O início da sojicultura no Brasil

André Dumans Guedes, Doutor em Antropologia Social e pesquisador do Núcleo de Antropologia da Política (NUAP) e do Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia (NuCEC) defende que, para que se entenda o que está ocorrendo em Santarém hoje, é necessário levar em consideração a história da soja se alastrando Brasil afora ao longo de trinta ou quarenta anos. “A gente está falando de uma forma de produção que avança, expande extensivamente”, justifica o professor.

O início da produção de soja no Brasil deu-se nos anos 70, quando países subdesenvolvidos viram, a partir dessa produção para exportação, a oportunidade de se

desenvolver economicamente visando atender às demandas do mercado mundial. O Regime Militar, nesse sentido, criou uma série de planos de colonização que viabilizaram a expansão dessa fronteira agrícola, como a rodovia Transamazônica, que corta 7 estados brasileiros. O objetivo do Governo era a integração da região Norte ao restante do país e a adoção do modelo da Revolução Verde, que incentiva o uso intensivo da mecanização e de insumos industriais e a redução da mão de obra.

Na região de Santarém, localizada no Pará, o porto graneleiro da Cargill foi implementado em 1999 e sua operação começou em 2003, com o objetivo de contribuir para o agronegócio brasileiro através do escoamento de grãos. Essa iniciativa proporcionou a migração desordenada de sojicultores para a região que, recebendo apoio de órgãos do Estado, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), pressionaram pequenos produtores a deixarem seus lotes, vendendo os mesmos por valores incompatíveis com o preço real dos terrenos.

Sobre isso, André Dumans explica que uma das principais questões que agravam a concentração fundiária na região é a transferência maciça do patrimônio fundiário do Brasil, terras que eram públicas para particulares. Essa prática é conhecida por grilagem, e se caracteriza pela apropriação irregular ou ilegal de terras públicas, seja por venda ou doação. Segundo o professor, o discurso do Estado de ocupação dessas terras improdutivas é problemático, porque essas áreas, na verdade, estavam sim ocupadas por inúmeros grupos, como comunidades indígenas, quilombolas, agricultores, comunidades tradicionais.

Impactos sociais

Esses confrontos, gerados pelo processo de grilagem e, geralmente, efetuado por latifundiários, têm provocado mortes no campo. A maior parte das vítimas, tanto dos assassinatos quanto da grilagem, são pessoas ligadas a movimentos sociais, especialmente movimentos ligados à luta pela terra, quilombolas e indígenas. De acordo com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), foram 110 assassinatos em 2017. Tal violência também é crescente nos últimos anos no contexto geral da expansão do agronegócio não só na economia, mas também no debate político. Sendo assim, a referência a esses povos é essencial para explicar a série de conflitos que vêm ocorrendo ao longo dos anos nessa região.

Com a fixação dos sojeiros na região do Planalto Santareno e a utilização das técnicas produtivas da Revolução Verde, a sustentabilidade também é deixada de lado. Os agrotóxicos implementados na produção de soja contêm organofosforados, carbamatos e piretróides, que provocam danos ao ecossistema e ao modo de vida das populações locais. Intoxicam moradores pelo ar e pelo lençol freático, ocasionando o surgimento de sintomas como dor de cabeça, náuseas, fraqueza, tremores, dores no estômago e até morte. A longo prazo, doenças renais, câncer e lesões hepáticas também são observadas na população.

“Ela ficava agoniada com o cheiro forte que vinha. Sentia uma falta de ar, ficava sem poder respirar muito. Se trancava aí dentro. Deixava passar um pouco, para deixar sair. O problema dela era a falta de ar”, revelou Raimundo Alves Guimarães, conhecido com Seu

Curica no livro “Vida e morte de uma baleia-minke no interior do Pará e outras histórias da Amazônia”. Além disso, a agricultura familiar na região é afetada pelo uso extensivo desses produtos, obrigando o pequeno agricultor a deixar sua terra.

Rita Montezuma, Mestre em Ecologia e Doutora em Geografia, explica que a terra se divide em duas dimensões: “Uma delas é a área física, uma área grande a ser desmatada para você implantar um tipo de negócio (...) o outro ponto é a terra como um bem social, porque quando essa terra é apropriada, delimitada e transformada, na verdade, a gente tá tirando de povos que viviam nessa área”. Com isso, o êxodo rural surge como uma das principais consequências sociais advindas dessa política de ocupação territorial por sojeiros.

Os moradores do Planalto Santareno, acostumados a viver da agricultura familiar, se veem obrigados a migrar para a cidade devido a impossibilidade de vida e produção na região e, ao chegarem lá, são surpreendidos pelo alto custo de vida. Muitas vezes, não conseguem se manter por terem vendido seus terrenos por quantias ínfimas e chegam a viver nas ruas, sem ter para onde ir. “Pessoas humildes, que viviam do que plantavam ficaram iludidas com 10 mil reais, 15 mil reais oferecidos pelos seus terrenos. Acharam que ganhariam a vida na cidade e hoje passam penúria”, revelou Seu Macaxeira.

Impactos ambientais

Ao longo das décadas, milhares de hectares de floresta foram perdidos para o uso do agronegócio. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), fez um levantamento referente a dimensão da safra agrícola brasileira 2020/2021, com o intuito de acompanhar a produção. Com aproximadamente 37.882,6 hectares, a soja cresceu 2,5% na área em sua última safra, e sua produção aumentou em 4,4%. Esses altos números escondem as diversas consequências ambientais advindas desse negócio, como a contaminação dos cursos d’água, erosão do solo, desmatamento e alteração de habitats naturais.

Na região do Planalto Santareno, outro fator a se preocupar é o fato da plantação da soja ser feita através da monocultura. O solo necessita de descanso para se regenerar e o ciclo da soja, por ser pequeno, não permite tal repouso. “Isso faz com que haja um impacto que vai contra a parte física do solo, contra a parte viva. A gente sabe que têm insetos, aracnídeos e um conjunto de organismos que, dentro de um ecossistema bem preservado, estão todos juntos no solo. Quando entra o agronegócio, tira a floresta e obviamente esses organismos, além de não sobreviverem, também não são preservados”, explicou Rita..

O grande problema é que a lógica não é simples, os impactos não têm efeitos apenas na região, mas no clima, no solo, no ar como um todo. Todos esses fatores acarretam em uma perda da biodiversidade e ecossistêmica, que têm consequências em ampla escala. “Sistemas ambientais são sistemas abertos, o que quer dizer que cada área está conectada em profundidade no subsolo, na sua vizinhança, na horizontalidade, no seu entorno e também está em contato com troca de matéria e energia com a atmosfera. Em primeiro lugar, quando você impacta essas áreas você acaba impactando as áreas vizinhas”, conta a Mestre em Ecologia.

Mesmo diante do massacre ambiental, o Governo não parece estar muito preocupado com a preservação do ecossistema. André ressaltou uma fala do Ministro do Meio Ambiente sobre aproveitar a comoção nacional com a questão da pandemia da Covid-19 para ‘passar a boiada’. “O passar a boiada nesse sentido é dismantelar essa legislação que foi montada, em parte significativa dela, tendo em vista a proteção, não apenas do direito desses povos, das comunidades, da sociedade, numa maneira geral, mas a própria defesa do meio ambiente”, disse o antropólogo e cientista econômico.

Nesse sentido, nota-se que o crescimento econômico a qualquer custo vigora em detrimento da preservação ambiental no país. A grande questão que fica é: esse lucro é de fato um lucro? A resposta depende de quem afirma. Para Rita, não dá para negar que a expansão da monocultura da soja traz lucro financeiro pros empresários, mas ressalta que os danos são irreparáveis. Além disso, a professora conclui: “O grande bioma amazônico transcende as nossas fronteiras políticas, administrativas e nacionais, nenhum tipo de economia pode estar alicerçado com uma forma de produção que explore áreas extensas, porque isso significa desestabilizar o bioma e quebrar o metabolismo intrínseco das espécies, dos recursos físicos e sociais que estão presentes na região”.